

16/06/2009

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 97.527-5 MINAS GERAIS**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE  
PACIENTE(S) : SÉRGIO GUIMARÃES NASCIMENTO  
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE PROVA. PRECEDENTES DO STF. ORDEM DENEGADA.*

1. Esta Suprema Corte já “firmou entendimento no sentido de que o benefício da suspensão condicional do processo pode ser revogado após o período de prova, desde que os fatos que ensejaram a revogação tenham ocorrido antes do término deste período” (HC 84.654/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 01.12.2006).
2. Tendo ocorrido o descumprimento das condições impostas, durante o período de suspensão, deve ser revogado o benefício, mesmo após o término do prazo fixado pelo juiz.
3. *Habeas corpus* denegado.

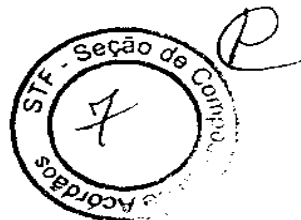
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 16 de junho de 2009.

  
Ellen Gracie

- Presidente e Relatora



16/06/2009

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 97.527-5 MINAS GERAIS**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE  
PACIENTE(S) : SÉRGIO GUIMARÃES NASCIMENTO  
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra julgamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça em outro *writ* anteriormente aforado perante aquela Corte (HC 105.333/MG), que ficou assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ESTELIONATO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO APÓS O ESCOAMENTO DO PERÍODO DE PROVA, QUANDO COMPROVADO O DESCUMPRIMENTO DE UMA DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS DURANTE O CURSO DO BENEFÍCIO. DECISÃO REVOGATÓRIA QUE É MERAMENTE DECLARATÓRIA. PRECEDENTES DO STJ. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NÃO CONFIGURADA. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. É pacífico o entendimento desta Corte sobre a possibilidade de o Magistrado negar a extinção da punibilidade, após passado o período de prova, quando verificado o descumprimento de qualquer condição imposta pelo Juízo ao conceder a suspensão condicional do processo, já que a decisão revogatória do *sursis* é meramente declaratória.

2. Assim, correito o acórdão recorrido ao cassar a decisão de primeiro grau, que extinguiu a punibilidade da infração pelo simples escoamento do período de prova sem avaliar o efetivo cumprimento das condições impostas no *sursis*.

3. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

**HC 97.527 / MG****4. Ordem denegada."**

Narra a inicial que o paciente foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 171, *caput*, do Código Penal, tendo sido aplicado o benefício da suspensão condicional do processo, pelo prazo de dois anos (fl. 03).

Observa que, depois de transcorrido o período de prova, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais requereu a revogação do benefício concedido ao paciente, com fundamento no art. 89, § 4º, da Lei 9.099/95. Todavia, a Juíza da Primeira Vara Criminal da Comarca de Barbacena/MG declarou extinta a punibilidade do ora paciente.

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que deu provimento ao recurso para cassar o ato que extinguiu a punibilidade da infração.

Irresignada com a decisão da Corte estadual, a defesa impetrou o HC 105.333/MG junto ao Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem pleiteada.

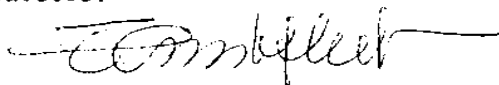
Sustenta a impetrante, em síntese, que "a revogação da suspensão condicional do processo, depois de findo o período de prova, não pode subsistir" (fl. 07).

Requer, ao final, a concessão da ordem para cassar o acórdão do STJ, mantendo-se a decisão de primeira instância que declarou extinta a punibilidade do paciente (fl. 09).

2. O pedido de liminar foi indeferido (fls. 81/83).

3. Parecer da Procuradoria-Geral da República no sentido da denegação da ordem (fls. 88/93).

É o relatório.



HC 97.527 / MG

## VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1. A questão de direito posta no presente writ diz respeito à possibilidade de revogação da suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, após o término do período de prova.

2. Esta Suprema Corte já “firmou entendimento no sentido de que o benefício da suspensão condicional do processo pode ser revogado após o período de prova, desde que os fatos que ensejaram a revogação tenham ocorrido antes do término deste período” (HC 84.654/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 01.12.2006).

No mesmo diapasão, transcrevo os seguintes julgados:

“HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DO SURSIS PROCESSUAL APÓS O PERÍODO DE PROVA, MAS POR FATOS OCORRIDOS ATÉ O FINAL DAQUELE PERÍODO. PRETENSÃO DE SER DECLARADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO PACIENTE, QUE ESTARIA CONSUMADA NO MOMENTO EM QUE SE VERIFICA O TÉRMINO DO PERÍODO DE PROVA. A interpretação do § 5º do art. 89 da Lei nº 9.099/95 permite concluir pela inexistência de óbice a que o juiz decida acerca da revogação do sursis ou da extinção da punibilidade após o término do período de prova. Assim, pode haver a revogação mesmo depois de expirado o referido período, desde que motivada por fatos ocorridos até o seu término. Precedente: HC 80.747. Caso em que a revogação do benefício, embora requerida após ultimado o período de prova, se lastreou em fato ocorrido durante esse período, ensejando instauração de processo e condenação com trânsito em julgado, antes mesmo do fim do referido biênio probatório. Essa informação de julgamento condenatório definitivo afasta, inclusive, o exame da constitucionalidade do § 3º do art. 89 da Lei nº 9.099/95, à luz da presunção de não-

**HC 97.527 / MG**

*culpabilidade. Habeas corpus indeferido.” (HC 84.660/SP, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 25.11.2005).*

*“HABEAS CORPUS. LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS. TRANSAÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO. DENÚNCIA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. REVOGAÇÃO. AUTORIZAÇÃO LEGAL. 1. Descumprida a transação penal, há de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao Ministério Público a persecução penal (Precedentes). 2. A revogação da suspensão condicional decorre de autorização legal, sendo ela passível até mesmo após o prazo final para o cumprimento das condições fixadas, desde que os motivos estejam compreendidos no intervalo temporal delimitado pelo juiz para a suspensão do processo (Precedentes). Ordem denegada.” (HC 88.785/SP, Rel. Min. Eros Grau, DJ 04.08.2006).*

*“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. SURSIS PROCESSUAL: REVOGAÇÃO APÓS O PERÍODO DE PROVA POR DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ANTES DO SEU TÉRMINO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A suspensão condicional do processo pode ser revogada, mesmo após o seu termo final, se comprovado que o motivo da sua revogação ocorreu durante o período do benefício. Precedentes. 2. Habeas corpus denegado.” (HC 90.833/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 013, 10.05.2007).*

3. No caso concreto, o paciente não cumpriu duas das condições impostas por ocasião da suspensão do seu processo, quais

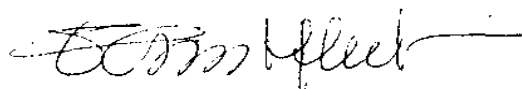
HC 97.527 / MG

sejam, a reparação do dano causado à vítima e o pagamento de uma cesta básica.

4. Deste modo, tendo ocorrido o descumprimento das condições impostas, durante o período de suspensão, deve ser revogado o benefício, mesmo após o término do prazo fixado pelo juiz.

5. Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 97.527-5**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE**

PACTE.(S) : SÉRGIO GUIMARÃES NASCIMENTO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, à unanimidade, denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. **2ª Turma**, 16.06.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Sandra Verônica Cureau.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador

